



Período: **Maio /2012**

30/05/12 - Portaria CAT 68, de 29 de maio de 2012

Altera a Portaria CAT 246/09, de 27/11/2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os artigos 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a empresas que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta, e dá outras providências.

Publicada em 30/05/2012, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Portaria CAT 68, de 29 de maio de 2012, altera a Portaria CAT 246/2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os artigos 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a empresas que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta, e dá outras providências.

A Portaria CAT 68/2012 modificou a redação do artigo 2º da Portaria CAT 246/2009 para prorrogar os seus efeitos até 30 de junho de 2012.

Importante destacar que, a partir de 01 de julho de 2012, a base de para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subseqüentes das mercadorias arroladas no § 1º dos artigos 313-E e 313-G do Regulamento do ICMS, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o valor correspondente a 87% do fixado para venda a consumidor final indicado em catálogos ou listas de preço emitidos pelo fabricante, acrescido do frete, quando não incluído no preço.

Por fim, a Portaria CAT 68/2012 revoga, a partir de 01/06/2012, a Portaria CAT 22/2012 que tratava do assunto.

A Portaria CAT 68/2012 entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de junho de 2012.

29/05/12 - Convênio ICMS 54/2012

Concede isenção nas saídas interestaduais de rações para animais e dos insumos utilizados em sua fabricação, cujos destinatários estejam domiciliados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública declarada em decreto governamental, em decorrência da estiagem que atinge o Semiárido brasileiro.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



O Convênio ICMS 54/2012, de 25 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial da União, de 28/05/12, concede isenção do ICMS nas saídas interestaduais de rações para animais e dos insumos utilizados em sua fabricação, cujos destinatários estejam domiciliados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública declarada em decreto governamental, em decorrência da estiagem que atinge o Semiárido brasileiro.

A norma estabelece que a isenção se aplica à saída interestadual de rações para animais e os insumos utilizados em sua fabricação constantes dos incisos II, III, VI da cláusula primeira e os constantes dos incisos I, II e IV da cláusula segunda do Convênio ICMS 100/97.

Ainda, para a incidência da isenção, os destinatários devem estar domiciliados nos municípios relacionados no Anexo Único do Convênio que também estabelece os prazos de vigência da isenção.

O convênio determina, a título de obrigação acessória, que as notas fiscais deverão conter no campo “observações” a informação de que a saída é isenta nos termos do Convênio ICMS 54/2012.

O Convênio ICMS 54/2012 entra em vigor na data de sua ratificação nacional produzindo efeitos a partir de sua publicação.

Para conhecer o inteiro teor do Convênio ICMS 54/2012 e do respectivo Anexo Único.

25/05/12 - Resolução SMA nº 32, de 17 de maio de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de maio de 2012, a Resolução SMA nº 32, de 17 de maio do mesmo ano, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, dispõe sobre os procedimentos relativos à suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar, ditados pela Lei Estadual nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.700, de 11 de março de 2003.

De acordo com esta norma, no período de 01 de junho a 30 de novembro de 2012, fica proibida a queima da palha da cana-de-açúcar no período das 06:00 (seis) horas às 20:00 (vinte) horas.

Se necessária a suspensão da queima da palha da cana-de-açúcar nos demais horários, tal suspensão será determinada por região, considerando o teor médio da umidade relativa do ar, medido das 12:00 (doze) horas às 17:00 (dezessete) horas, nos postos oficiais determinados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Sempre que o teor de umidade relativa do ar foi inferior a 20% (vinte por cento), a queima da palha da cana-de-açúcar será suspensa em qualquer período do dia. Esta suspensão será declarada às 18:00 (dezoito) horas do dia em que for constatado o teor de umidade do ar menor que 20% (vinte por cento), e valerá a partir das 06:00 (seis) horas do dia seguinte ao da declaração de suspensão.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Após 30 de novembro, sempre que o teor de umidade relativa do ar for maior ou igual a 20% (vinte por cento) e menor que 30% (trinta por cento) por um período de dois dias consecutivos, a queima da palha da cana-de-açúcar será suspensa entre as 06:00 (seis) e 20:00 (vinte) horas. Esta suspensão será declarada até as 18:00 (dezoito) horas do segundo dia consecutivo em que for constatada essa condição, e valerá a partir das 06:00 (seis) horas do dia seguinte ao da declaração de suspensão. Nesse caso, os comunicados de queima já registrados, terão validade para a efetivação da queima entre as 00:00 (zero) e 06:00 (seis) horas e entre as 20:00 (vinte) e 24:00 (vinte e quatro) horas, independentemente do horário previamente previsto para a realização da queima.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e ficam revogadas as Resoluções SMA nº 022, de 30 de maio de 2011; nº 035, de 11 de maio de 2010; nº 044, de 16 de junho de 2009; nº 038, de 16 de maio de 2008, e nº 046, de 11 de outubro de 2007

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 32, de 17 de maio de 2012, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, [clique aqui](#).

24/05/12 - Resolução nº 1, de 23 de maio de 2012, da Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-De-Açúcar.

Publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2012, a Resolução nº 1, de 23 de maio do mesmo ano, editada pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-De-Açúcar, dispõe sobre o mecanismo de reconhecimento de empresas que aderirem ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e cumprirem as práticas empresariais nele contidas.

De acordo com esta Resolução, às empresas que aderirem ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e cumprirem as práticas empresariais nele contidas será concedido Selo de Reconhecimento. Este selo será concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional mediante processo concessório.

O processo concessório do Selo de Reconhecimento será iniciado com requerimento da empresa interessada, conforme modelo constante no Anexo desta Resolução. Este requerimento deverá ser dirigido à Comissão Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e instruído com o Relatório de Verificação válido, nos termos do anexo I do Edital de Chamada Pública nº 01/2011 - SG/PR, publicado no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2011.

À Comissão Nacional caberá decidir sobre a concessão do Selo de Reconhecimento no prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período e poderá, sempre que entender necessário, solicitar informações adicionais aos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como proceder a consultas perante a Justiça do Trabalho, quanto à empresa requerente, antes de colocar o requerimento

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



de concessão em pauta de votação. Referido Selo será concedido somente mediante aprovação unânime dos membros presentes na reunião da Comissão Nacional.

A validade do Selo de Reconhecimento poderá ser confirmada em consulta ao sítio eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República e será de uso e responsabilidade exclusivos da empresa que o detenha, sendo vedada sua utilização pelo grupo econômico a que pertença ou por outra empresa do mesmo grupo.

A Comissão Nacional terá autonomia e independência para apurar eventuais irregularidades no cumprimento das práticas empresariais necessárias à manutenção das condições que ensejaram a concessão do Selo de Reconhecimento às empresas.

Após a cassação do selo, a empresa interessada poderá requerer nova concessão de Selo de Reconhecimento, desde que seja apresentado novo Relatório de Verificação válido e juntada a documentação exigida nesta Resolução.

As decisões relativas à concessão ou cassação do selo serão comunicadas à empresa interessada e registradas no sítio eletrônico da Secretaria-Geral da Presidência da República. Destas decisões, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias, a ser dirigido à Comissão Nacional e julgado por seu Coordenador.

Ficam convalidados os procedimentos de auditoria instaurados, com base no Edital de Chamada Pública nº 01/2011 - SG/PR, que tiverem sido realizados anteriormente à vigência desta Resolução.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

23/05/12 Portaria CAT 64 -

Disciplina o controle e as condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações com mercadorias e bens destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa do Mundo da FIFA de 2014.

A Portaria CAT 64, de 22 de maio de 2012, publicada em 23/05/2012 no Diário Oficial do Estado, disciplina o controle e as condições para fruição da isenção relativa ao ICMS referente aos bens/mercadorias destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014.

Estabelece a norma que isenção fica condicionada a: I – habilitação ou coabilitação do destinatário das mercadorias e bens perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil ao Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol – RECOPA; II – comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens nas obras de construção, ampliação, reforma ou modernização dos estádios de futebol a serem utilizados na Copa de 2014.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A efetiva comprovação mencionada acima dar-se-á mediante entrega pela pessoa habilitada ou coabilitada perante a SRFB ao RECOPA: I – da Escrituração Fiscal Digital – EFD; II – de laudo técnico, elaborado a cada 6 (seis) meses, dispondo, em relação a todas as operações amparadas pela isenção de que se refere o “caput” do artigo 1º, as respectivas quantidades de mercadorias e bens, a) existentes no estoque inicial, remanescentes do período anterior; b) adquiridas no período; c) utilizados efetivamente na obra do estádio; d) utilizados em finalidade diversa da prevista na alínea “c”; e) existentes no estoque final do período.

Com relação ao laudo técnico fica estabelecido que este deverá ser: 1 – expedido por empresa de reputação idônea ou engenheiro que possua junto ao órgão competente registro que o habilite a exercer tal atividade; 2 - entregue no Posto Fiscal de vinculação do destinatário ou de seu principal fornecedor paulista, na hipótese de o destinatário não ser domiciliado neste Estado.

Também ficam estabelecidas obrigações acessórias a serem cumpridas pelo remetente ou importador relativas às informações constantes da NF, nos termos seguintes:

Artigo 3º - Para fins de controle das operações de que se refere o “caput” do artigo 1º, o remetente e o importador deverão inserir no campo Informações Complementares da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55:

I - a expressão: “Isenção do ICMS – Decreto 55.634/10”;

II - o número da portaria do Ministério do Esporte que aprovou o projeto de construção, ampliação, reforma ou modernização do estádio a ser utilizado na Copa do Mundo da FIFA de 2014, e no qual as mercadorias e os bens serão empregados, constando o nome empresarial e o número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ do titular do projeto, bem como a especificação do tipo de obra que será realizada;

III - o número do Ato Declaratório Executivo – ADE, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, que concedeu a habilitação ou coabilitação ao RECOPA para o destinatário dos bens e mercadorias.

Parágrafo único – Na importação, as informações previstas nos incisos I, II e III deverão constar também na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS – GMLE.

Por fim, no artigo 4º, a norma disciplina a responsabilidade pelo pagamento do imposto, na hipótese de descumprimento dos requisitos para a fruição da isenção, mencionando que também será observados os ditames sobre responsabilidade estabelecidos na Lei 6374/89, nos artigos 9º e 10.

A Portaria CAT 64/2012 entra em vigor na data de sua publicação. Para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Altera as Notas Complementares NC (87-2), NC (87-4), NC (87-5) e NC (87-7) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e dispõe sobre a devolução ficta dos produtos nele referidos.

Para acessar a íntegra do informativo jurídico, [clique aqui](#).

Para acessar o inteiro teor do Decreto nº 7.725/2012, [clique aqui](#).

22/05/12 Decreto nº 7.726, de 21 de maio de 2012

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.

Para acessar a íntegra do informe jurídico, [clique aqui](#).

Para acessar o inteiro teor do Decreto nº 7.726/2012, [clique aqui](#).

21/05/12 - Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012.

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/Pasep – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004; 10.522, de 19 de julho de 2002; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; 5.991, de 17 de dezembro de 1973; 10.451, de 10 de maio de 2002; e 11.051, de 29 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Foi publicada em 18 de maio do corrente ano, a Lei nº 12.649, que promoveu uma série de alterações na legislação que dispõe sobre o PIS/COFINS, para o fim de reduzir a zero as alíquotas das contribuições sociais em comento na hipótese de importação de produtos ali relacionados e reduzir a zero as alíquotas das referidas contribuições incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno dos produtos ali mencionados.

As alterações supra noticiadas referem-se aos seguintes produtos:

- a) produtos classificados nos códigos TIPI 8443.32.22 (impressoras de impacto de caracteres em braille), 8469.00.39 Ex 01 (máquina de escrever em braille), 8714.20.00 (partes e acessórios de cadeiras de rodas), 9021.40.00 (aparelhos para facilitar a audição dos surdos, exceto as partes e acessórios), 9021.90.82 (oclusores interauriculares) e 9021.90.92 (aparelhos para facilitar a audição dos surdos);
- b) calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 Ex 01 da TIPI;
- c) teclados com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência, classificados no código 8471.60.52 da TIPI;

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- d) indicador ou apontador - mouse - com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência, classificado no código 8471.60.53 da TIPI;
- e) linhas braile classificadas no código 8471.60.90 Ex 01 da TIPI;
- f) digitalizadores de imagens - scanners - equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 Ex 01 da TIPI;
- g) duplicadores braile classificados no código 8472.10.00 Ex 01 da TIPI;
- h) acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 Ex 02 da TIPI;
- i) lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 Ex 01 da TIPI;
- j) implantes cocleares classificados no código 9021.40.00 da TIPI;
- k) próteses oculares classificadas no código 9021.39.80 da TIPI;
- l) programas - softwares - de leitores de tela que convertem texto em voz sintetizada para auxílio de pessoas com deficiência visual;
- m) aparelhos contendo programas - softwares - de leitores de tela que convertem texto em caracteres braile, para utilização de surdos-cegos;
- n) neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificados no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificados nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, da TIPI.

O Poder Executivo poderá regulamentar a forma de utilização do benefício da alíquota zero para os produtos retro mencionados.

Fica prorrogada de 1º.05.2012 a 30.04.2016 a redução a zero do PIS/Pasep- Importação e COFINS – Importação bem como do PIS/Pasep e COFINS do papel destinado à impressão de jornais, dos papéis classificados nos códigos TIPI 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, destinados à impressão de periódicos, com efeitos retroativos desde 1º de maio do corrente ano.

A Lei 12.649/2012 também determina que as cooperativas de radio táxi poderão excluir da base de cálculo da contribuição para PIS/Pasep e COFINS: a) os valores repassados aos associados pessoas físicas decorrentes de serviços por eles prestados em nome da cooperativa; b) as receitas de vendas de bens, mercadorias e serviços a associados, quando adquiridos de pessoas físicas não associadas; c) as receitas financeiras decorrentes de repasses de empréstimos a associados, contraídos de instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos.

São remidos os créditos tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, bem como anistiados os respectivos encargos legais, multa e juros de mora quando relacionados à falta de pagamento da COFINS e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os valores passíveis de exclusão das suas bases de cálculo das associações civis e das sociedades cooperativas de radiotáxi.

A Lei nº 12.649 acrescentou ainda o art. 20-A a Lei nº 10.522, de 2002, para o fim de determinar que nos casos de execução contra a Fazenda Pública fica a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministério da Fazenda.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Referida lei federal autorizou ainda o Poder Executivo a contribuir para o Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF).

Por fim, foi concedida isenção de Imposto de Importação e IPI na importação de equipamentos ou materiais esportivos destinados às competições, ao treinamento e à preparação de atletas e equipes brasileiras, até 31 de dezembro de 2015.

A Lei nº 12.649 entrou em vigor na data de sua publicação, 18 de maio de 2012 e para conhecer o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

21/05/12 - Decreto nº 58.053/12

Cria, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, altera os Decretos nº 56.636, de 1º de janeiro de 2011, e nº 55.764, de 3 de maio de 2010, e dá providências correlatas.

O Decreto nº 58.053/12, de 17 de maio de 2012, publicado no Diário Oficial do Estado, de 18.05.2012, cria a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa voltada para a execução das políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo e de favorecimento à micro e pequena empresa.

A criação dessa Subsecretaria objetiva a melhoria contínua da facilidade de prospecção, legalização e exercício de atividade econômica e o aumento da participação relativa da micro e pequena empresa no produto interno bruto da economia paulista.

Ainda, de acordo com os itens 1, 2 e 3 do artigo 3º serão objetivos específicos das políticas públicas “a redução do tempo de abertura e baixa de empresas; a redução do custo de cumprimento dos procedimentos exigidos dos empreendedores pelos órgãos e entidades do Estado e apoio às micro e pequenas empresas, em especial no tocante ao aumento da lucratividade e à capacidade e profissionalização da gestão.”

Por fim, o decreto em comento extingue a Coordenação de Empreendedorismo e Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

O Decreto nº 58.053/12 entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o inciso XIII do artigo 3º; o artigo 12; a alínea ‘e’ do inciso I do artigo 15 e o artigo 45, todos do Decreto 56.636/11. Para conhecer o inteiro teor [clique aqui](#).

14/05/2012 - Comunicado DA 40/2012

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 29/06/2012 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11/05/2012, o Comunicado DA 40, de 10/05/2012, que divulga as Tabelas Práticas para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis de 01/06/2012 a 29/06/2012, aos débitos de Multas Infracionais do ICMS.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 40/2012, bem como das Tabelas Práticas, [clique aqui](#).

14/05/2012 - Comunicado DA 39/2012

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 29/06/2012 para os débitos de ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11/05/2012, o Comunicado DA 39, de 10/05/2012, que divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 29/06/2012 para os débitos de ICMS.

Vale ressaltar que: (i) as Tabelas Práticas para Cálculo dos Juros de Mora são aplicáveis de 01/06/2012 a 29/06/2012 aos débitos de ICMS; (ii) as Tabelas não se aplicam aos débitos de IPVA e de ITCMD.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 39/2012, bem como das Tabelas Práticas, [clique aqui](#).

14/05/2012 - Comunicado DA 38/2012

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 29/06/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 11/05/2012, o Comunicado DA 38, de 10/05/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 29/06/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF-31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/06/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,90% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 38/2012, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



03/05/2012 - PROTOCOLO ICMS 49 (30/04/2012)

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo celebram o Protocolo ICMS 49 que altera o Protocolo ICMS 95/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Para acessar a íntegra do informe jurídico, clique aqui.

Para acessar o inteiro teor do Protocolo ICMS 49/12, [clique aqui](#).

03/05/2012 - Decreto nº 58.010 (26/04/2012)

Altera o Decreto nº 56.102, de 18 de agosto de 2010, que regulamenta a hipótese de rompimento de parcelamento celebrado no âmbito do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI do ICM/ICMS por inadimplemento do imposto devido relativamente ao fato gerador ocorrido após a data da celebração do parcelamento.

Foi publicado, em 27 de abril do corrente ano o Decreto nº 58.010, de 26/04/12, que alterou o Decreto nº 56.102 (DOE 19/08/2010), que regula as hipóteses de rompimento do PPI do ICM/ICMS, por inadimplemento do imposto devido.

Tal decreto passou a considerar rompido o referido parcelamento relativamente ao fato gerador ocorrido que for inscrito em dívida ativa a partir de 1º de setembro de 2012, prorrogando mais uma vez a data a partir da qual a inscrição na Dívida Ativa de débito fiscal gerará o rompimento do Programa de Parcelamento Incentivado no âmbito estadual.

O Decreto nº 58.010 entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos desde 1º de março do corrente ano.

02/05/2012 - Portaria CAT nº 57 (27/04/2012)

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos fonográficos, a que se refere o artigo 313-N, do Regulamento do ICMS.

Para acessar a íntegra do informe jurídico, [clique aqui](#).

Para acessar o inteiro teor da Portaria CAT 57/12, [clique aqui](#).

02/05/2015 - Comunicado CAT nº 13 (27/4/2012)

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Esclarece sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com produtos fonográficos destinados ao Estado de São Paulo.

Para acessar a íntegra do informe jurídico, [clique aqui](#).

Para acessar o inteiro teor do Comunicado CAT nº 13/12, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Portaria nº 137 (26/4/2012)

Prorroga as datas de vencimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) em relação aos fatos geradores ocorridos em março e abril de 2012, nos casos que especifica.

Para conhecer a íntegra do informe jurídico, [clique aqui](#).

Para conhecer o inteiro teor da Portaria nº 137/12, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução nº 2 (12/3/2012)

Dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos em 31 de março de 2012, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.

Publicada no Diário Oficial da União em 19 de março de 2012, a Resolução nº 2, de 12 de março do mesmo ano, editada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, dispõe sobre a forma de definição do Preço Fabricante - PF e do Preço Máximo ao Consumidor - PMC dos medicamentos em 31 de março de 2012, estabelece a forma de apresentação do Relatório de Comercialização à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, disciplina a publicidade dos preços dos produtos farmacêuticos e define as margens de comercialização para esses produtos.

De acordo com esta norma, as empresas produtoras de medicamentos poderão, em 31 de março de 2012, aplicar ajuste positivo nos preços de seus medicamentos classificados nos níveis 1 e 2 e deverão aplicar ajuste negativo nos preços de seus medicamentos classificados no nível 3, abaixo descritos:

- Medicamentos classificados no Nível 1, referentes às classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento igual ou superior a 20%, onde o fator Z assume o valor de 6,10% (seis vírgula dez por cento), correspondendo a um repasse total da produtividade: 5,85% (cinco vírgula oitenta e cinco por cento);
- Medicamentos classificados no Nível 2, referentes às classes terapêuticas com participação de genéricos

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



em faturamento igual ou superior a 15% e abaixo de 20%, onde o fator Z assume o valor de 3,05% (três vírgula zero cinco por cento), correspondendo a um repasse parcial da produtividade: 2,80% (dois vírgula oitenta por cento); e

- Medicamentos classificados no Nível 3, referentes às classes terapêuticas com participação de genéricos em faturamento abaixo de 15%, assumindo o fator Z valor 0 (zero), pois não tem havido repasse da produtividade nestas classes: - 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento negativos).

Referidos ajustes de preços de medicamentos terão como referência o Preço Fabricante - PF praticado em 31 de março de 2011. Para os medicamentos que tiveram sua comercialização iniciada entre 31 de março de 2011 e 31 de março de 2012, o ajuste de preços terá como referência o PF máximo permitido pela CMED.

O ajuste de preços de medicamentos é baseado em um modelo de teto de preços calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no período de março de 2011, até fevereiro de 2012, inclusive, em um fator de produtividade, em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrasetor e em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores, em três níveis, definidos na Resolução CMED nº 1, de 29 de fevereiro de 2012.

Ocorre que, para fazerem jus ao ajuste de preços, as empresas produtoras de medicamentos deverão apresentar à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, até 31 de março de 2012, Relatório de Comercialização, a ser preenchido de acordo com as instruções que constarão de Comunicado da Secretaria-Executiva, cujas informações serão objeto de tratamento confidencial, na forma da lei.

A partir de setembro de 2012 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED poderá, a critério do Comitê Técnico-Executivo, exigir a apresentação de novo Relatório de Comercialização, a ser preenchido com instruções que constarão de Comunicado da Secretaria-Executiva.

As empresas produtoras deverão dar ampla publicidade aos preços de seus medicamentos, por meio de publicações especializadas de grande circulação.

A apresentação do Relatório de Comercialização é obrigatória a todas as empresas produtoras de medicamentos, independente da aplicação do ajuste de preços e a sua recusa sujeitará as empresas às sanções previstas na Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 2, de 12 de março de 2012, [clique aqui](#).

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

Aos 22 de março do corrente ano foi publicada a Lei nº 12.598, resultado da conversão da Medida Provisória nº 544, que estabelece normas especiais para as compras, contratações e desenvolvimento de produtos e serviços de defesa e institui o RETID – Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.

A Lei nº 12.598 estabelece os regimes jurídico, regulatório e tributário especial, ligados ao melhor planejamento das contratações das Forças Armadas, atrelado à concessão de incentivos para que a indústria brasileira de defesa torne-se mais competitiva no cenário internacional.

Subordinam-se ao novo regime especial de compras e contratações de produtos e sistemas de defesa: órgãos da administração direta; as autarquias; os fundos especiais; as fundações públicas; as empresas públicas; as empresas privadas; as sociedades de economia mista; os órgãos e entidades públicas que fabricam produtos de defesa e; demais entidades controladas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para tanto, são adotadas as seguintes terminologias, para efeitos da presente norma:

- PRODE – Produto de defesa: todo serviço ou bem (obras, informações, inclusive armamento, munições, meios de transporte, fardamentos, etc.) utilizados nas atividades finalísticas de defesa (exceto as de uso administrativo);
- PED - Produto estratégico de defesa – significa todo PRODE que, por seu conteúdo tecnológico, dificuldade de obtenção ou imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, como: recursos bélicos navais, terrestres, aeroespaciais, serviços tecnológicos especializados na área de projetos, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, equipamentos e serviços especializados na área de informação e de inteligência;
- SD – Sistemas de Defesa: conjunto interativo do PRODE que atenda a uma finalidade específica;
- EED – Empresa Estratégica de Defesa: toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério de Defesa, mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:

- (a) Possuir como objeto social atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, conservação e atividades correlatas de PED no País, incluídas a venda e a revenda de bens somente quando integrados às atividades industriais supracitadas;
- (b) Possuir sede no País (administração e o estabelecimento industrial ou equiparado);
- (c) dispor de conhecimento científico ou tecnológico próprio ou por meio de acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo relacionados à atividade desenvolvida; e
- (d) Assegurar, em seus atos constitutivos que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral, número de votos superior a 2/3 do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes.

Regime para compras e contratações de produtos, sistemas de defesa e congêneres:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Com relação ao regime adotado para as compras e contratações de produtos, sistemas de defesa e de desenvolvimento de produtos (PRODE e SD), poderá ser aplicado procedimento licitatório: (a) quando houver participação exclusiva de EED no caso de envolver fornecimento ou desenvolvimento de PED; (b) restrito à compra de PRODE ou de SD produzidos ou desenvolvidos no País ou que utilizem insumos nacionais ou com inovação desenvolvida no País; (c) ou que assegurem à empresa nacional produtora de PRODE ou à ICT a transferência de tecnologia ou a participação na cadeia produtiva.

Nos editais e contratos referentes a PED ou SD deverão constar de forma expressa as regras de continuidade produtiva, de transferência de direitos de propriedade e as regras que autorizem o Poder Executivo a dispor sobre a criação ou alteração de PED que envolva ou não o Brasil e a capacitação de 3ºs em Tecnologia para PED.

Na hipótese de contratos e editais que cuidem da importação de PRODE ou de SD, aqueles disporão de regras definidas pelo Ministério da Defesa quanto aos acordos de compensação tecnológica, industrial e comercial.

São estabelecidos os critérios de propostas e de participação de consórcios e a previsão de segregação de áreas reservadas, projetos, desenvolvimento, produção ou industrialização de PRODE ou SD nos editais e contratos. Ficam autorizadas as contratações de PRODE ou SD sob a forma de concessão administrativa, conforme a Lei nº 11.079/2004.

Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa - RETID

No que tange aos incentivos, especial destaque merece a criação do RETID ou Regime Especial Tributário para Indústria de Defesa.

Poderão se beneficiar do RETID:

(a) as Empresas Estratégicas de Defesa EED que produzam ou desenvolvam partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, informações, insumos e matérias – primas ou preste os serviços a serem utilizados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, desenvolvimento de produtos etc. de bens de defesa nacional, a serem definidos em ato do Poder Executivo; e

(b) pessoa jurídica que produza bens ou preste serviços a serem utilizados como insumos na produção de bens de defesa nacional, situação em que a pessoa jurídica deverá ser preponderantemente fornecedora de Empresas Estratégicas de Defesa, ou seja, aquela que tenha 70% ou mais de sua receita total de venda de bens e serviços no exercício imediatamente anterior ao da habilitação, decorrente do somatório das vendas: (i) a pessoas jurídicas EED; (ii) a pessoas jurídicas fabricantes de bens de defesa nacional definidos no ato do Poder Executivo ou (iii) de exportação para o exterior.

A fruição dos benefícios do RETID fica condicionada ao atendimento cumulativos dos seguintes requisitos:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- (a) credenciamento por órgão competente do Ministério da Defesa;
- (b) prévia habilitação na Secretaria da Receita Federal do Brasil e;
- (c) regularidade fiscal em relação aos tributos (impostos e contribuições) administrados pela SRFB.

É vedada a habilitação das pessoas jurídicas optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, denominado Simples Nacional.

No caso de venda, no mercado interno, ou da importação dos bens a serem utilizados como insumos para produção de bens direcionados à defesa nacional, fica suspensa a exigência:

- PIS/Pasep, da COFINS incidentes sobre a receita bruta da pessoa jurídica vendedora quando a aquisição for realizada por pessoa jurídica beneficiária do RETID;
- PIS/Pasep – Importação e da COFINS – Importação quando a importação for realizada por pessoa jurídica beneficiária do RETID;
- IPI incidente na saída do estabelecimento industrial (ou equiparado) quando a aquisição no mercado interno for realizada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID;
- IPI incidente na importação (IPI – Importação), quando a operação for efetuada por indústria beneficiária do RETID;

A suspensão desses tributos converte-se em alíquota zero após o uso dos bens adquiridos ou importados no âmbito do RETID ou dos insumos que resultaram de sua industrialização, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, quando destinados à venda à União, para uso privativo das Forças Armadas (exceto para uso pessoal ou administrativo) e após a exportação dos bens com tributação suspensa (ou dos que resultaram de sua industrialização).

No caso de venda ou importação de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e tecnologia, assistência técnica e transferência de tecnologia, dirigidos às empresas beneficiárias da RETID, fica suspensa a exigência:

- PIS/Pasep, da COFINS incidentes sobre a receita bruta de prestação de serviços de efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando prestados para pessoa jurídica beneficiária do RETID, inclusive na hipótese de receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, quando contratados por pessoas jurídicas habilitadas no RETID;
- PIS/Pasep – Importação e da COFINS – Importação incidentes sobre serviços quando importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do RETID;

A suspensão das contribuições supra mencionadas converte-se em alíquota zero após o uso dos serviços utilizados no âmbito do RETID. A fruição da suspensão aqui tratada fica condicionada a comprovação da efetiva prestação do serviço nas destinações próprias do referido programa.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



Na hipótese da pessoa jurídica beneficiária do RETID dar outra destinação que não aquela própria do regime especial, ficará obrigada ao recolhimento dos tributos não pagos em decorrência da suspensão da incidência do PIS/PASEP, COFINS e IPI (inclusive Importação), acrescidos de juros e multa de mora ou de ofício, na condição de contribuinte ou de responsável tributário, conforme o caso.

As exportações de PRODE (produto de defesa) realizadas pelas EED (empresas estratégicas de defesa) poderão receber a cobertura de garantia de Seguro de Crédito à Exportação, por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), tal como autoriza a Lei nº 9.818/1999.

As disposições contidas na Lei nº 12.598 em análise não excluem o controle e as restrições já dispensadas aos produtos controlados.

A Lei nº 8.666/1993 (procedimento licitatório) deverá ser adotada de forma subsidiária aos procedimentos de licitação e aos contratos celebrados no âmbito do RETID.

No tocante às alterações propostas na Lei nº 12.249/2010, que institui o Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira, é de se reconhecer que as alterações promovidas nos artigos 29, 30, I e II, 31, § 2º, I, 32, § 3º da referida lei visam ampliar o universo do aludido regime, até então exclusivamente voltada à Aeronáutica para Aeroespacial.

Em suma, essas alterações ampliam a abrangência do RETAERO, até então voltado exclusivamente às aeronaves e suas partes para outros produtos classificados na posição 88.02 da NCM, que são largamente utilizados nas Forças Armadas.

A regulamentação do RETID e do RETAERO ficará a cargo do Poder Executivo, que deverá, dentre outras disposições de cunho prático, apresentar a relação de todos os produtos e serviços relacionados com os regimes especiais em apreço.

As disposições relativas às normas especiais para as compras e contratações dos produtos e serviços de defesa, a serem realizadas pela União Federal, assim como as regras de incentivo à área estratégica de defesa, entram em vigor no dia de sua publicação, ou seja, 22 de março de 2012, ao passo que as disposições relativas ao RETAERO entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para acessar o seu inteiro teor da Lei nº 12.598/2012, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução nº 400 (15/3/2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 20 de março de 2012, a Resolução nº 400, de 15 de março do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, referenda a Deliberação nº 119, de 19 de dezembro de 2011, que define a cor predominante dos caminhões, caminhões tratores, reboques e semirreboques.



De acordo com esta Resolução, considera-se cor predominante dos caminhões, caminhões tratores, reboques e semirreboques aquela que constar no cadastro do Registro Nacional de Veículos Automotores e no respectivo Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV.

Para os caminhões e caminhões tratores, considera-se cor predominante aquela vinculada à cabine e para os reboques e semirreboques, a cor predominante é aquela vinculada à estrutura fixa (chassi), conforme exemplificado no Anexo desta Resolução.

Os preceitos desta Resolução aplicam-se aos veículos fabricados a partir de 1º de janeiro de 2013. Para os reboques e semirreboques fabricados até 31 de dezembro de 2012 será considerada, para fins de fiscalização, a cor predominante da carroceria ou do chassi.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Resolução, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução CONTRAN Nº 355/2010.

Para conhecer inteiro teor da Resolução nº 400, de 15 de março de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução-RDC nº 15 (15/3/2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 19 de março de 2012, a Resolução-RDC nº 15, de 15 de março do mesmo ano, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

Esta Resolução se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde, excetuado o processamento de produtos para saúde realizados em consultórios odontológicos, consultórios individualizados e não vinculados a serviços de saúde, unidades de processamento de endoscópios, serviços de terapia renal substitutiva, serviços de assistência veterinária.

Para tanto, os CME passam a ser classificados em CME Classe I e CME Classe II:

- CME Classe I é aquele que realiza o processamento de produtos para a saúde não-críticos, semicríticos e críticos de conformação não complexa, passíveis de processamento;

- CME Classe II é aquele que realiza o processamento de produtos para a saúde não-críticos, semicríticos e críticos de conformação complexa e não complexa, passíveis de processamento.

O CME só pode processar produtos compatíveis com a sua capacidade técnica operacional e conforme a sua classificação. Quando não especificada a classificação, as determinações desta resolução se aplicam aos dois tipos de CME e às empresas processadoras.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



A responsabilidade pelo processamento dos produtos no serviço de saúde é do Responsável Técnico. A responsabilidade pelo processamento dos produtos na empresa processadora é do Representante Legal.

O processamento dos produtos para saúde pode ser terceirizado, mediante contrato de prestação de serviço, para empresa processadora desde que esta esteja regularizada junto aos órgãos sanitários.

O Serviço de Saúde é co-responsável pela segurança do processamento dos produtos para saúde, realizado por empresa processadora por ele contratada, e responde solidariamente por eventuais danos ao paciente causados pela empresa processadora contratada, no que se refere às atividades relacionadas ao processamento destes produtos.

Os produtos para saúde devem ser encaminhados para processamento na empresa processadora após serem submetidos à pré-limpeza no serviço de saúde, conforme Procedimento Operacional Padrão (POP), definido em conjunto pela empresa e o serviço de saúde contratante. A empresa processadora deve realizar todas as fases do processamento incluindo limpeza, inspeção, preparo e acondicionamento, esterilização, armazenamento e devolução para o serviço de saúde.

O CME e as empresas processadoras só podem processar produtos para saúde regularizados junto à Anvisa.

Os serviços de saúde e as empresas processadoras, abrangidos por esta Resolução, terão o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, para promover as adequações necessárias a este Regulamento Técnico.

E o descumprimento das disposições contidas nesta Resolução e no regulamento por ela aprovado constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste regulamento, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução-RDC nº 15, de 15 de março de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), [clique aqui](#).

02/05/2012 - Portaria nº 487 (15/03/2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, a Portaria nº 487, de 15 de março do mesmo ano, editada pelo Ministério da Justiça, disciplina o procedimento de chamamento dos consumidores ou recall de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, forem considerados nocivos ou perigosos.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



De acordo com esta Portaria, o fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da nocividade ou periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente:

- (i) ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC;
- (ii) aos órgãos estaduais, do Distrito Federal e municipais de defesa do consumidor - PROCON; e
- (iii) ao órgão normativo ou regulador competente.

Referida comunicação deverá ser por escrito, contendo as seguintes informações:

- 1) identificação do fornecedor do produto ou serviço:
 - a) razão social;
 - b) nome de fantasia;
 - c) atividades econômicas principal e secundárias;
 - d) número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
 - e) endereço do estabelecimento;
 - f) telefone, fax e endereço eletrônico; e
 - g) nome dos administradores responsáveis, com a respectiva qualificação.
- 2) descrição pormenorizada do produto ou serviço, contendo as informações necessárias à sua identificação, em especial:
 - a) marca;
 - b) modelo;
 - c) lote;
 - d) série;
 - e) chassi;
 - f) data inicial e final de fabricação; e
 - g) foto.
- 3) descrição pormenorizada do defeito, acompanhada de informações técnicas necessárias ao esclarecimento dos fatos, bem como data, com especificação do dia, mês e ano, e modo pelo qual a nocividade ou periculosidade foi detectada;
- 4) descrição pormenorizada dos riscos e suas implicações;
- 5) quantidade de produtos ou serviços sujeitos ao defeito e número de consumidores atingidos;
- 6) distribuição geográfica dos produtos e serviços sujeitos ao defeito, colocados no mercado, por Estados da Federação, e os países para os quais os produtos foram exportados ou os serviços prestados;
- 7) indicação das providências já adotadas e medidas propostas para resolver o defeito e sanar o risco;
- 8) descrição dos acidentes relacionados ao defeito do produto ou serviço, quando cabível, com as seguintes informações:
 - a) local e data do acidente;
 - b) identificação das vítimas;
 - c) danos materiais e físicos causados;
 - d) dados dos processos judiciais relacionados ao acidente, especificando as ações interpostas, o nome dos autores e dos réus, as Comarcas e Varas em que tramitam e os números de cada um dos processos; e
 - e) providências adotadas em relação às vítimas.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- 9) plano de mídia, nos termos do art. 3º desta Portaria;
- 10) plano de atendimento ao consumidor, nos termos do art. 4º desta Portaria; e
- 11) modelo do aviso de risco ao consumidor, nos termos do art. 5º desta Portaria.

Referidos órgãos poderão, a qualquer tempo, expedir notificação solicitando informações adicionais ou complementares às descritas acima, a fim de verificar a eficácia do chamamento. As comunicações poderão ser registradas por meio eletrônico, em procedimento a ser definido pelo DPDC.

O fornecedor deverá, além da comunicação acima, informar imediatamente aos consumidores sobre a nocividade ou periculosidade do produto ou serviço por ele colocado no mercado, por meio de aviso de risco de acidente ao consumidor, que deverá conter informações claras e precisas sobre:

- 1) produto ou serviço afetado, contendo as informações necessárias à sua identificação, em especial:
 - a) marca;
 - b) modelo;
 - c) lote;
 - d) série;
 - e) chassi;
 - f) data inicial e final de fabricação; e
 - g) foto.
- 2) defeito apresentado, riscos e suas implicações;
- 3) medidas preventivas e corretivas que o consumidor deve tomar;
- 4) medidas a serem adotadas pelo fornecedor;
- 5) informações para contato e locais de atendimento ao consumidor;
- 6) informação de que o chamamento não representa qualquer custo ao consumidor; e
- 7) demais informações que visem a resguardar a segurança dos consumidores do produto ou serviço, observado o disposto nos arts. 12 a 17 da Lei nº 8.078/1990.

A comunicação individual direta aos consumidores ou por meio de sítio eletrônico não afasta a obrigação da comunicação coletiva a toda a sociedade acerca da nocividade ou periculosidade de produtos e serviços introduzidos no mercado.

O fornecedor deverá garantir ao consumidor certificado de atendimento ao chamamento, com indicação do local, data, horário e duração do atendimento e da medida adotada e não se desobriga da reparação ou substituição gratuita do produto ou serviço mesmo findo o chamamento.

O não cumprimento às determinações desta Portaria sujeitará o fornecedor às sanções previstas na Lei nº 8.078/1990 e no Decreto nº 2.181/1997.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga a Portaria nº 789/2001, do Ministério da Justiça.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta Portaria, no link abaixo.



Para conhecer inteiro teor da Portaria nº 487, de 15 de março de 2012, do Ministério da Justiça, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução-RDC nº 16 (21/3/2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012, a Resolução-RDC nº 16, de 21 de março do mesmo ano, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), aprova o regulamento técnico para estabelecer os requisitos mínimos de identidade e qualidade para implantes mamários e a exigência de certificação de conformidade do produto no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC).

De acordo com esta Resolução, os implantes mamários são classificados:

1) quanto à composição da membrana, em:

- a) de silicone; ou
- b) de silicone e poliuretano;

2) quanto ao tipo de preenchimento, em:

Tipo 1: único lúmen contendo solução salina;

Tipo 2: único lúmen para preenchimento intraoperatório com solução salina;

Tipo 3: único lúmen para preenchimento com solução salina com possibilidade de ajuste de volume pós-operatório;

Tipo 4: único lúmen contendo gel de silicone;

Tipo 5: duplo lúmen, com o primeiro lúmen contendo gel de silicone e o segundo lúmen para preenchimento intraoperatório com solução salina; ou

Tipo 6: duplo lúmen, com o primeiro lúmen contendo gel de silicone e o segundo lúmen para preenchimento com solução salina com possibilidade de ajuste de volume pós-operatório; e

3) quanto à superfície, em:

- a) liso;
- b) texturizado; ou
- c) revestido de espuma.

A designação dos produtos em questão deverá conter a expressão "IMPLANTE MAMÁRIO", seguida das expressões correspondentes às classificações acima e deve fazer parte de suas informações de rotulagem.

Os implantes mamários devem atender também aos requisitos de certificação de conformidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), de modo que:

- a) os fabricantes nacionais e os importadores podem optar pela certificação mediante avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade do processo produtivo e ensaios no produto ou pela certificação mediante avaliação lote a lote;



b) os fabricantes nacionais e os importadores devem apresentar cópia válida do atestado de conformidade no momento da solicitação do registro do implante mamário e de sua revalidação.

Os produtos fabricados antes do início da vigência desta Resolução estão dispensados de adequação ao disposto nos artigos 20, 21 e 22 desta norma, que dizem respeito às “instruções de uso”.

O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Os requisitos técnicos e demais informações poderão ser encontradas no texto deste regulamento, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução-RDC nº 16, de 21 de março de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), [clique aqui](#).

02/05/2012 - Instrução Normativa nº 2 Ibama (27/3/ 2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 29 de março de 2012, a Instrução Normativa nº 2, de 27 de março do mesmo ano, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Esta norma visa estabelecer as diretrizes e os procedimentos para orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos de educação ambiental a serem apresentados pelo empreendedor no âmbito do licenciamento ambiental federal.

De acordo com esta norma, os programas, compostos por um ou mais projetos de educação ambiental, serão executados em cumprimento às medidas mitigadoras ou compensatórias, como condicionantes das licenças concedidas ou nos processos de regularização do licenciamento ambiental federal, após aprovação do IBAMA. Tais programas e projetos deverão ser submetidos à análise e aprovação do IBAMA, previamente à concessão da Licença de Instalação ou na instauração dos processos de regularização ambiental. O IBAMA poderá exigir alterações e/ou adequações nos projetos e programas já aprovados, durante a fase de execução ou durante o processo de regularização ambiental.

O Programa de Educação Ambiental deverá estruturar-se em dois Componentes, que serão formados por quantos projetos de educação ambiental sejam necessários para a realização do respectivo Programa. Os componentes são:



Componente I: Programa de Educação Ambiental – PEA, direcionado aos grupos sociais da área de influência da atividade em processo de licenciamento, devendo compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência das atividades ou empreendimentos licenciamento, na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes de licença.

Componente II: Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT, direcionado aos trabalhadores envolvidos no empreendimento objeto do licenciamento, que compreenderá processos de ensino-aprendizagem com o objetivo de desenvolver capacidades para que os trabalhadores avaliem as implicações dos danos e riscos socioambientais decorrentes do empreendimento nos meios físico-natural e social em sua área de influência.

A abrangência de cada Programa de Educação Ambiental e de cada projeto de educação ambiental será definida pelo IBAMA, considerando-se a tipologia e especificidades do empreendimento ou atividade em processo de licenciamento ou regularização, seus impactos e a área de influência do empreendimento ou atividade, assim como a duração e o momento de sua execução.

Se houver a presença de Unidades de Conservação – UC nas áreas de influência do empreendimento, o PEA e o PEAT deverão articular-se com normas, atividades e planos de manejo destas Unidades de Conservação e com programas, projetos ou ações de educação ambiental que estiverem em implementação na UC.

O PEA e o PEAT deverão observar as exigências previstas no documento Bases Técnicas para Elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal, que segue anexo a esta norma.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Instrução Normativa nº 2, de 27 de março de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01 (23/3/ 2012)

Publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de março de 2012, a Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01, de 23 de março do mesmo ano, editada pelas Secretarias do Meio Ambiente, de Agricultura e Abastecimento e da Justiça e da Defesa da Cidadania, todas do Estado de São Paulo, altera a Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo.



Esta Resolução:

- 1) exclui a ricultura dentre os empreendimentos e atividades que, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador, ficam dispensados de licença ambiental, segundo o artigo 1º da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01/2011;
- 2) estabelece que a implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa ficam dispensados de licença ambiental nos termos deste artigo, não sendo dispensada a obtenção de outorga, quando necessária nos termos da legislação vigente, ou cadastro para a utilização do recurso hídrico, nos termos do Decreto Estadual nº 41.258/1996;
- 3) acrescenta ao artigo 3º da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01/2011 um parágrafo para dispor que as renovações de cultivos já consolidados, que não caracterizem ampliações de plantio, independentemente do tamanho da área, ficam dispensadas de licenciamento ambiental, desde que o interessado apresente a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária, na forma prevista nesta Resolução.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01, de 23 de março de 2012, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução nº 98 (13 /3/2012)

Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

Aos 19 de março do corrente ano foi publicada a Resolução nº 98 pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), que altera determinadas disposições veiculadas na Resolução CGSN nº 94/2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

Em suma, as alterações tratadas pela Resolução nº 98 dizem respeito a:

- (a) segregação da receita bruta, que deverá ser realizada na forma do art. 25 da LC 123/2006, qual seja, por meio de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
- (b) redefinição do conceito de receita bruta mensal, incluindo a recebida no mercado interno e externo;
- (c) os procedimentos para a contratação pelo MEI de um único empregado, desde que este receba exclusivamente um salário mínimo previsto em lei federal ou estadual ou o piso salarial da categoria profissional, excluindo-se deste limite os valores recebidos a título de horas extras e adicionais de insalubridade, periculosidade e por trabalho noturno, dentre outros;



(d) a determinação de que na hipótese de o empresário individual ser optante pelo SIMEI no ano calendário anterior, deverá apresentar, até o último dia de maio de cada ano, à RFB, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI);

(e) a transferência da responsabilidade pela administração dos débitos de ICMS e de ISS ao ente federado que tenha firmado Convênio com a PGFN para que efetuem a inscrição em dívida ativa e cobrança dos tributos de suas respectivas competências;

(f) a retificação das informações prestadas no PGDAS-D e seus efeitos, que terá a mesma natureza da declaração originalmente prestada, substituindo-a integralmente, podendo ser utilizada para declarar novos débitos, aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados;

A Resolução CGSN nº 98 entra em vigor na data de sua publicação e para acessar o seu inteiro teor, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução-RDC nº 14 (15/03/2012)

Publicada no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012, a Resolução-RDC nº 14, de 15 de março do mesmo ano, editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dispõe sobre os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros e a restrição do uso de aditivos nos produtos fumígenos derivados do tabaco, e dá outras providências.

A presente Resolução estabelece os limites máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono na corrente primária da fumaça dos cigarros e a restrição do uso de aditivos em todos os produtos fumígenos derivados do tabaco comercializados no Brasil, de fabricação nacional ou importados.

Nos cigarros comercializados no Brasil, os limites máximos permitidos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono na corrente primária da fumaça são:

- alcatrão: 10 mg/cigarro (dez miligramas por cigarro);
- nicotina: 1 mg/cigarro (um miligrama por cigarro); e
- monóxido de carbono: 10 mg/cigarro (dez miligramas por cigarro).

Nas embalagens de todos os produtos fumígenos derivados do tabaco, fica proibida a utilização de qualquer expressão que possa induzir o consumidor a uma interpretação equivocada quanto aos teores contidos nestes produtos, como: classe(s), ultra baixo(s) teor(es), baixo(s) teor(es), suave, light, soft, leve, teor(es) moderado(s), alto(s) teor(es), dentre outras. As empresas fabricantes e importadoras de produtos fumígenos derivados do tabaco, que já detenham Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais, terão o prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da publicação desta Resolução, para atenderem esta determinação. Findo este prazo, os produtos que não estejam em conformidade com esta determinação poderão ser comercializados no comércio varejista pelo prazo de 6 (seis) meses, após o qual os produtos

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



deverão ser recolhidos do comércio pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes. Estes prazos não se aplicam aos cigarros.

Ficam proibidas a importação e a comercialização no país de produto fumígeno derivado do tabaco que contenha qualquer um dos seguintes aditivos:

- substâncias sintéticas e naturais, em qualquer forma de apresentação (substâncias puras, extratos, óleos, absolutos, bálsamos, dentre outras), com propriedades flavorizantes ou aromatizantes que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar sabor ou aroma do produto, incluindo os aditivos identificados como agentes aromatizantes ou flavorizantes:

- a) pelo Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives - JECFA (Comitê Conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)/ Organização Mundial da Saúde (OMS) de Especialistas em Aditivos Alimentares); ou

- b) pela Flavor and Extract Manufacturers Association – FEMA (Associação dos Fabricantes de Aromas e Extratos).

- coadjuvantes de tecnologia (ou auxiliares de processo) para aromatizantes e flavorizantes;

- aditivos com propriedades nutricionais, incluindo:

- a) aminoácidos;

- b) vitaminas;

- c) ácidos graxos essenciais; e

- d) minerais, exceto aqueles comprovadamente essenciais para a fabricação dos produtos derivados do tabaco.

- aditivos associados com alegadas propriedades estimulantes ou revigorantes, incluindo taurina, guaraná, cafeína e glucuronolactona;

- pigmentos (ou corantes);

- frutas, vegetais ou qualquer produto originado do processamento de frutas e vegetais, exceto carvão ativado e amido;

- adoçantes, edulcorantes, mel, melado ou qualquer outra substância que possa conferir aroma ou sabor doce, diferente de açúcares;

- temperos, ervas e especiarias ou qualquer substância que possa conferir aroma ou sabor de temperos, ervas e especiarias;

- ameliorantes; e

- amônia e todos os seus compostos e derivados.

As empresas fabricantes e importadoras de produtos fumígenos derivados do tabaco, que já detenham Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais, terão o prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da publicação desta Resolução, para atenderem também esta determinação. Findo este prazo, os produtos que não estejam em conformidade com esta determinação poderão ser comercializados no comércio varejista pelo prazo de 6 (seis) meses, após o qual os produtos deverão ser recolhidos do comércio pelos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Fica permitida a utilização dos seguintes aditivos em produtos fumígenos derivados do tabaco:

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



- açúcares, exclusivamente para recomposição do teor de açúcar presente originalmente na folha de tabaco antes do processo de secagem;
- adesivos;
- agentes aglutinantes;
- agentes de combustão;
- coadjuvantes de tecnologia (ou auxiliares de processo) que não sejam para aromatizantes e flavorizantes;
- pigmentos (ou corantes) utilizados no branqueamento do papel ou do filtro, para imitar o padrão de cortiça no envoltório da ponteira e aqueles utilizados para impressão de logotipos ou marcas;
- glicerol e propilenoglicol; e
- sorbato de potássio.

A Diretoria Colegiada poderá, mediante ato normativo próprio, aprovar o uso de outros aditivos, considerando as justificativas apresentadas pelas empresas quanto à sua necessidade para o produto fumígeno derivado do tabaco, desde que não alterem seu sabor ou aroma.

Qualquer alteração na composição, na embalagem ou no nome da marca do produto, para fins de cumprimento quanto às exigências na embalagem e à vedação da importação e da comercialização de produto fumígeno com os aditivos acima descritos, deverá ser realizada por meio de petição de Alteração de Dados ou petição de Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais.

O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei n. 6.437/1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste regulamento, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução RDC nº 46, de 28 de março de 2001.

Para conhecer inteiro teor da Resolução-RDC nº 14, de 15 de março de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), [clique aqui](#).

02/05/2012 - Decreto Federal nº 7.695 (6/03/2012)

Revoga o Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, que institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - CNCMB.

Publicado no Diário Oficial da União em 7 de março de 2012, o Decreto Federal nº 7.695, de 6 de março do mesmo ano, revoga o Decreto nº 5.564, de 19 de outubro de 2005, que institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - CNCMB.

O Decreto Federal nº 7.695, de 6 de março de 2012, entra em vigor na data de sua publicação.



Para conhecer inteiro teor do Decreto Federal nº 7.695, de 06 de março de 2012, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Resolução CONAMA nº 450 (6/3/2012)

Altera os arts. 9º, 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Publicada no Diário Oficial da União em 07 de março de 2012, a Resolução nº 450, de 06 de março do mesmo ano, editada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente, altera os arts. 9º, 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

A Resolução nº 362/2005 do CONAMA, com a redação dada por esta Resolução, passa a dispor que:

- (i) o Ministério do Meio Ambiente apresentará o percentual mínimo de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, acompanhado de relatório justificativo detalhado, e o IBAMA apresentará relatório sobre os resultados da implementação da Resolução nº 362/2005 na segunda reunião ordinária, de cada ano, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- (ii) constituem obrigações do produtor e do importador, dentre outras: (1) prestar, no âmbito do Cadastro Técnico Federal, informações relativas à produção de óleo lubrificante e geração, coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos em instrução normativa do IBAMA, concernentes, dentre outras, a: a) óleos lubrificantes, comercializados por tipos, incluindo os dispensados de coleta; b) coleta contratada, por coletor; c) óleo rerrefinado adquirido, por rerrefinador; (2) prestar ao órgão ambiental estadual ou municipal, quando solicitado, informações relativas à produção de óleo lubrificante e geração, coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos pelo órgão solicitante;
- (iii) constituem, dentre outras, obrigações do coletor: 1) prestar, no âmbito do Cadastro Técnico Federal, informações relativas à coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos em instrução normativa do IBAMA, concernentes, dentre outras, a: a) óleo lubrificante usado ou contaminado coletado, por produtor ou importador; b) óleo lubrificante usado ou contaminado entregue, por rerrefinador ou responsável por destinação ambientalmente adequada; 2) prestar ao órgão ambiental estadual ou municipal, quando solicitado, informações relativas à coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos pelo órgão solicitante;
- (iv) constituem, dentre outras, obrigações dos rerrefinadores: 1) prestar, no âmbito do Cadastro Técnico Federal, informações relativas à produção de óleo básico rerrefinado e coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos em instrução normativa do IBAMA, concernentes, dentre outras, ao: a) volume de óleos lubrificantes usados ou contaminados recebidos, por coletor; b) volume de óleo lubrificante básico rerrefinado produzido e comercializado, por produtor ou importador; 2) prestar ao órgão ambiental estadual ou municipal,



quando solicitado, informações relativas à produção de óleo básico rerrefinado e coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos pelo órgão solicitante;

v) constituem obrigações dos demais recicladores, nos processos de reciclagem: 1) prestar, no âmbito do Cadastro Técnico Federal, informações relativas à geração de produtos e coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos em instrução normativa do IBAMA, concernentes, dentre outras, ao: a) volume de óleos lubrificantes usados ou contaminados recebidos; e b) volume de produtos resultantes do processo de reciclagem; 2) prestar ao órgão ambiental estadual ou municipal, quando solicitado, informações relativas à geração de produtos e coleta e destinação dos óleos lubrificantes usados ou contaminados, na forma e nos prazos definidos pelo órgão solicitante;

vi) o descumprimento ao disposto nesta Resolução acarretará aos infratores, entre outras, as sanções previstas na Lei nº 9.605/1998 e no Decreto nº 6.514/2008;

vii) acrescenta o art. 24-A para dispor que: o IBAMA deverá atualizar, ouvido o Grupo de Monitoramento Permanente da Resolução CONAMA nº 362/2005, por meio de Instrução Normativa, os procedimentos para inclusão das informações a serem solicitadas aos produtores, importadores, coletores e rerrefinadores de óleos lubrificantes usados ou contaminados.

Demais informações poderão ser encontradas no texto desta norma, no link abaixo.

Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e revoga os Anexos I e II da Resolução nº 362, de 2005, do CONAMA.

Para conhecer inteiro teor da Resolução CONAMA nº 450, de 06 de março de 2012, [clique aqui](#).

02/05/2012 - Decreto Estadual nº 57.817 (28/04/2012)

Institui, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, o Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de fevereiro de 2012, o Decreto nº 57.817, de 28 de fevereiro do mesmo ano, institui, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, o Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos, para realização de ações necessárias à execução da Política Estadual de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei nº 12.300/2006, regulamentada pelo Decreto 54.645/2009.

Constituem projetos de resíduos sólidos, de acordo com este Decreto:

- 1) elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- 2) apoio: a) à gestão municipal de resíduos sólidos;
- b) às atividades de reciclagem, coleta seletiva e melhoria na destinação final dos resíduos sólidos;
- 3) educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos.



- Objetivos do projeto de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos:

- 1) subsidiar as ações de planejamento necessárias à elaboração e atualização do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- 2) apoiar a obtenção de dados sobre a gestão de resíduos sólidos no Estado de São Paulo;
- 3) fornecer apoio técnico e recursos financeiros para:
 - a) as ações necessárias à elaboração e atualização do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
 - b) a construção e operação de sistemas de informação necessários à implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

- Objetivos do projeto de apoio à gestão municipal de resíduos sólidos:

- 1) apoiar, por meio de capacitação técnica e planejamento, a elaboração de planos municipais de resíduos sólidos;
- 2) elaborar e publicar material de orientação técnica para a melhoria da gestão dos resíduos sólidos pelos Municípios;
- 3) apoiar e fomentar soluções regionalizadas, bem como a integração e cooperação entre os Municípios na gestão de resíduos sólidos;
- 4) monitorar a evolução das ações de gestão dos resíduos sólidos nos Municípios por meio de índices e indicadores específicos;
- 5) realizar seminários e eventos dedicados à disseminação e comunicação das ações do projeto.

- Objetivos do projeto de apoio às atividades de reciclagem, coleta seletiva e melhoria na destinação final dos resíduos sólidos:

- 1) estimular a adoção de boas práticas de gestão de resíduos, por meio de capacitação e distribuição de material técnico, de acordo com os princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- 2) fomentar o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de resíduos nos Municípios, incluindo a ampliação da coleta seletiva, triagem e destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- 3) empreender ações indutoras de recuperação ou encerramento das instalações de destinação final de resíduos em situação inadequada;
- 4) subsidiar, por meio de recursos técnicos e financeiros, o aproveitamento econômico de resíduos sólidos urbanos, industriais, das atividades rurais e da construção civil, dentre outros;
- 5) incentivar as ações de mitigação das mudanças climáticas na gestão dos resíduos;
- 6) apoiar tecnicamente o estabelecimento de cooperativas de materiais recicláveis;
- 7) criar o cadastro estadual de cooperativas de materiais recicláveis.

- Objetivos do projeto de educação ambiental para a gestão dos resíduos sólidos:

- 1) fomentar e promover ações de educação ambiental sobre resíduos sólidos, em especial pela capacitação dos professores da rede pública de ensino;
- 2) promover a disseminação de informações e orientações sobre a participação de consumidores, comerciantes, distribuidores, fabricantes e importadores nos sistemas de responsabilidade pós-consumo;
- 3) sensibilizar e conscientizar a população sobre suas responsabilidades na gestão de resíduos, em

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



especial na coleta seletiva e nos sistemas de responsabilidade pós-consumo, visando a difundir e consolidar padrões sustentáveis de produção e consumo;

4) elaborar e publicar material de orientação sobre a gestão dos resíduos sólidos.

Por meio de Resolução, o Secretário do Meio Ambiente:

a) disporá acerca da coordenação geral e setorial do Programa Estadual de Implantação de Projetos de Resíduos Sólidos;

b) poderá definir ações e medidas complementares para a consecução dos objetivos de projetos específicos atrelados a este programa.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor da Decreto Estadual nº 57.817, de 28 de fevereiro de 2012, [clique aqui](#).